
ENTREVISTA ÉTICA, SABERES E LAICIDADE EM DEBATE NA ESCOLA E FORA DELA

*Renato José de Oliveira**

RESUMO

Hoje em dia diferentes visões de ética se confrontam em diversos espaços sociais, inclusive na escola, e muitas delas são oriundas de crenças religiosas. Por essa razão, a defesa da laicidade no ensino público vem ao encontro da luta sempre presente pelo pluralismo (de ideias, credos, valores, etc.) necessário ao bom desenvolvimento dos processos pedagógicos escolares. Para discutir esse tema, o entrevistado deste número é o Professor Luiz Antônio Cunha, professor titular do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Coordenador do Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ/UFRJ) e atualmente membro do Conselho Federal de Educação.

Nos dias de hoje, o tema da ética atravessa a sociedade brasileira, tendo fortes repercussões no ambiente escolar. Como formadores, os professores da educação infantil e da educação básica precisam estar atentos às mudanças culturais e de costumes que vêm se processando nas últimas décadas, as quais naturalmente implicam o redimensionamento de valores éticos/morais. Na medida em que diferentes visões de mundo se confrontam em diversos espaços sociais, inclusive na escola, e muitas delas são oriundas de crenças religiosas, a defesa da laicidade no ensino público vem ao encontro da luta sempre presente pelo pluralismo (de ideias, credos, valores, etc.) necessário ao bom desenvolvimento dos processos pedagógicos escolares.

Para discutir esse tema, o entrevistado deste número é o professor Luiz Antônio Cunha¹, professor titular do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenador do Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ/UFRJ) e, atualmente, membro do Conselho Federal de Educação.

Reconhecido nacionalmente por seus estudos sobre a educação brasileira, sobretudo no âmbito universitário, Luiz Antônio tem, ultimamente, se dedicado a investigar a construção da laicidade no Brasil e em outros países, tendo em vista os conflitos identitários, motivados por questões de crença religiosa, presentes em diferentes níveis na escola e fora dela. Esperamos, então, que a entrevista apresentada a seguir, feita em junho de 2011, permita ao leitor refletir sobre muitas questões que emergem em um cenário não só atual, como polêmico.

* Professor Associado II do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ, 1996).

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

TEIAS: Como você viu a iniciativa do MEC de distribuir nas escolas um kit contra a homofobia e as reações que isso despertou em muitos segmentos religiosos?

LAC: A iniciativa do MEC foi perfeitamente legítima e está de acordo com as correntes de pensamento mais avançadas da sociedade brasileira. Nessa matéria, o MEC está na vanguarda das mudanças culturais que se processam na nossa sociedade. Esse kit, que muita gente não viu, mas já é contra, recebeu oposições muito fortes. Existe oposição de grupos religiosos que têm sido agitados pelo clero cristão, católico e evangélico, que considera a homossexualidade uma grande transgressão ao que supõem ser uma lei divina: o fato da divindade ter criado macho e fêmea. Por isso, não poderia haver outras formas legítimas de expressão da sexualidade.

TEIAS: Mas haveria, por trás dessa oposição, alguma motivação política?

LAC: Creio que sim. No momento em que as forças políticas da direita procuram testar até que ponto vai a aliança das forças que sustentam o governo Dilma Rousseff existe especialmente uma pressão sobre o Ministério da Educação. O MEC tem sido alvo de cobiça política, o que não acontecia no passado, porque esse ministério não tinha muita importância para os políticos e era visto até como um ministério de segunda linha, o que hoje já não acontece. Isso é uma coisa auspiciosa, mas essa disputa acaba levando à sobrevalorização dos erros que ocorrem nos livros didáticos e que o MEC deixa passar, seja por falta de competência, seja pelo tamanho das empreitadas assumidas, que são das maiores do mundo, como por exemplo a realização do ENEM e do ENAD.

TEIAS: De quem é então a responsabilidade pelos erros que constatamos nos livros didáticos?

LAC: Bem, é preciso dizer que existem políticas de privatização que atingem os livros didáticos. O nosso programa de distribuição de livros didáticos é um dos maiores do mundo, mas há uma característica muito interessante: na prática, só as empresas privadas podem participar desse programa. Então, temos um mecanismo estatal de distribuição gratuita desses livros nas escolas públicas de todo o país, mas existe focalização nas instituições privadas que trabalham com a edição de livros. Não podemos esquecer, também, que esse é um segmento que está passando por uma grande concentração de capital e está se internacionalizando. Há editoras estrangeiras, portuguesas e espanholas, que estão encampando editoras brasileiras. Esse é um aspecto importante, então quando aparecem erros em livros didáticos quem acaba sendo penalizado é o Ministério da Educação que os compra e não as instituições privadas que os produzem. Sem dúvida, o Ministério da Educação tem responsabilidades nesse processo, mas no meu entender sua responsabilidade não deveria ser apenas na cobrança de fiscalização dos erros cometidos, pois isso deveria caber também a outros atores, como a universidade, por exemplo, e as secretarias de educação.

TEIAS: Retomando a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, você acha que tem havido avanços ou retrocessos na sociedade brasileira?

LAC: Acho que têm ocorrido grandes avanços. O vetor dessas mudanças vai na direção da secularização da cultura, de modo que a gente vê que as pessoas estão cada vez mais livres da censura de grupos religiosos e da própria tradição de caráter patrimonialista no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Eu sou de uma geração em que o uso de contraceptivos começou como uma coisa ameaçadora para as instituições sociais. Esses obstáculos foram em grande parte removidos e o acesso hoje está muito mais facilitado em relação a esse uso. Há campanhas, inclusive do Estado, que incentivam o uso de contraceptivos, não exatamente para evitar a concepção, mas para impedir a contaminação por agentes sexualmente transmissíveis, o que sempre foi obstaculizado pela ação de grupos religiosos. Essas campanhas mostram que o Estado tem sido vitorioso nesse processo, aliás, a sociedade brasileira é que tem sido vitoriosa. O Estado tem se mostrado presente, principalmente por meio do Ministério da Saúde. Nesse particular, portanto, houve um grande avanço. Digo mais: os grupos sociais e políticos que atuam no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, que têm levantado essa a bandeira, são os protagonistas, a vanguarda na luta pela construção de um Estado laico no Brasil.

TEIAS: E os educadores têm encampado essa luta?

LAC: Lamentavelmente, não. E eu digo isso com muita tristeza porque no passado, na primeira Constituição republicana, de 1891, vamos encontrar a única expressão até hoje existente em um documento oficial do Estado brasileiro que fala da laicidade. Aliás, uma expressão errada, que fala que o ensino deve ser leigo e não laico. De todo modo esse adjetivo, ainda que errado na grafia, acerta no significado e qualifica adequadamente o ensino público. Isso foi até certo ponto esquecido ou pelo menos não assumido pelos educadores. Quero chamar também a atenção para o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, no qual a laicidade era um ponto muito importante. Bem, as bandeiras da laicidade foram derrotadas pela Igreja Católica, empenhada ainda em recuperar espaços perdidos diante dos avanços da sociedade brasileira. Existem alguns religiosos que lamentam a secularização da cultura, como se isso estivesse tomando o lugar da religião.

TEIAS: Mas de certo modo isso não estaria ocorrendo?

LAC: Não vejo dessa maneira. A religião está forte na sociedade, mas está cada vez mais diversa, cada vez mais conflituosa, cada vez mais exposta às escolhas individuais e às mudanças. Então, o

que tem perdido força na sociedade? O monopólio da cultura por determinadas instituições religiosas e aí a Igreja Católica é a que mais perde. Por qual razão? Porque foi detentora da exclusividade do domínio religioso no período da Colônia e também da predominância absoluta no período imperial.

TEIAS: Por falar em monopólio, o papa Bento XVI tem defendido que a ética nas escolas não pode passar ao largo do ensino religioso. Qual a sua opinião sobre isso?

LAC: É claro que o papa tem que cuidar do seu rebanho e dos interesses da Igreja. Hoje, um desses interesses, por meio do qual certos grupos religiosos pretendem manter uma feição de modernidade, é a defesa da ética. Acho que é preciso esclarecer mais esse ponto. Essa pretensão é antiga na Igreja Católica, mas não apenas nela. Outros grupos conservadores da sociedade manifestaram esse interesse. Gosto sempre de fazer referência a situações históricas para que os leitores saibam que isso não começou ontem. São posições recorrentes que às vezes se atualizam, mas eu queria dizer que uma ocasião em que esse interesse se manifestou de forma mais ostensiva foi em 1931, quando pela primeira vez no período republicano o Estado abriu mão da laicidade. Não de toda a laicidade, mas o fato é que o presidente Vargas baixou um Decreto-lei que reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas. Por recomendação do ministro da Educação, o fascista Francisco de Oliveira Campos, esse ensino foi reintroduzido, já que na opinião dele não era preciso haver nem o ensino da moral nem o do civismo. Para Campos, como toda moral e todo civismo só poderiam ter base na religião, instituindo o ensino religioso esses outros ficariam dispensados. Essa concepção fascista se tornou uma matriz ideológica importante na Itália, alguns anos antes do Decreto-lei de Vargas, na Concordata estabelecida entre Mussolini e o papa Pio XI por meio do Tratado de Latrão. Esse Tratado celebrou um acordo mútuo entre o Estado fascista italiano e a Igreja Católica, repercutindo na Constituição brasileira de 1934, que passou a chamar as concessões à Igreja de colaboração recíproca entre o Estado e as instituições religiosas. É claro que por instituições religiosas entendia-se a Igreja Católica, pois as outras eram muito pequenas. Hoje, não.

TEIAS: Mas como fica a questão da ética e sua relação com o ensino religioso hoje?

LAC: Esse assunto tem que ser visto com cuidado. Sem dúvida, se há fundamentos religiosos para a ética hoje, existem fundamentos religiosos para o que há de pior no campo ético. Para uma total falta de ética. Eu me refiro aos abusos sexuais cometidos por dirigentes religiosos que têm acontecido no mundo inteiro e em alguns lugares isso é mais ostensivo que em outros. Por exemplo, esses abusos têm sido muito mais ostensivos nos Estados Unidos e na Europa do que no Brasil. Não que eles deixem de acontecer aqui, eles acontecem, só que as vítimas se escondem e também as instituições religiosas escondem os transgressores. Como imaginar então que os ministros das

diversas confissões religiosas possam ser os portadores dos valores éticos? Não, são portadores também do seu contrário. Temos que falar em religiões no plural e muitas delas estão envolvidas em uma competição pelo mercado da fé, mercado da salvação. Muitas vezes se evocam as religiões como fundamento da paz entre os homens, mas é verdade também que existe o contrário: muitos conflitos que dilaceram o mundo hoje evocam religiões em seu apoio. Houve até um general que disse que o explosivo mais importante nas guerras é a religião, mais do que a própria dinamite...

TEIAS: Bom, aproveitando esse gancho, gostaríamos de retomar o que você disse sobre o fato dos educadores não estarem na vanguarda das lutas pelo Estado laico. Sabemos que o Estado laico é fundamental para arbitrar esses conflitos de religião, então por que os educadores não têm abraçado a luta pela sua construção?

LAC: Lamentavelmente, no Brasil os educadores não estão na vanguarda da luta pelo Estado laico. Em outros países, eles puxam essa luta. Eu acho que isso tem relação com a secularização da cultura, que no Brasil tem avançado bastante, mas é irregular, desigual, não acontece com a mesma velocidade em todos os domínios. No campo educacional a secularização da cultura avança muito lentamente. Existe uma concepção ideológica do que significa ser educador, a qual ainda está muito carregada de concepções cristãs. Essa concepção é muito difundida tanto entre os religiosos quanto entre os agnósticos e os ateus e defende que o magistério e o processo educacional são tidos como coisas tipicamente religiosas. Posso dizer que grande parte do sucesso de Paulo Freire no Brasil e em outros países se dá em função do seu apelo religioso, embora não confessional. Há também outros autores contemporâneos – não vou citar nomes, porque estão vivos - que são até mais explicitamente religiosos. Posso dizer ainda que os cursos normais e as faculdades de educação estão carregados de valores religiosos que são difundidos através do currículo, ainda que seja um currículo oculto. Creio que é muito importante esse mecanismo de reprodução dos valores religiosos na sociedade.

TEIAS: – Existem outros mecanismos responsáveis por essa reprodução?

LAC: Além desse elemento endógeno há também um elemento exógeno de grande importância que é o avanço que as instituições religiosas fazem hoje sobre o campo educacional em busca de um campo cativo para exercer as suas atividades de conversão, de reforço quanto às opções religiosas, mas também para o estabelecimento de uma reserva de mercado de trabalho para os seus afilhados. Então, por essa razão há a campanha, a verdadeira cruzada para a institucionalização do ensino religioso nos âmbitos estadual e municipal. Se a Constituição brasileira diz que as escolas devem oferecer ensino religioso no nível fundamental, isso agora está se ampliando para toda a educação básica, incluindo o ensino médio e também a educação infantil. Essa ampliação se dá de um modo ainda mais grave porque obriga professores a ministrar o ensino religioso, ainda que na educação

infantil e nas séries iniciais ele seja desenvolvido sob a forma de temas transversais. Tal obrigação é anticonstitucional, mas parece que isso é legítimo. Além do mais, tem se desenvolvido uma concepção canhestra, uma forma suave de educação moral e cívica que agora ressurgiu através do ensino religioso, como se isso fosse difundir entre os alunos valores positivos.

TEIAS: Você citou o que se passa no Brasil, mas isso também não estaria ocorrendo em outros países? Em que países você vê um progresso maior em direção à construção da laicidade?

LAC: Bem, não vou nem mencionar a França. Mas quero citar um país onde existe uma enorme disputa, onde a Igreja Católica se encontra numa verdadeira ofensiva política. As igrejas evangélicas são em menor número, não têm a mesma importância, e os muçulmanos também não têm a mesma presença que têm na França. Esse país é a Espanha, que hoje está submetida à ação de forças políticas muito importantes. Há o governo do Partido Socialista, que está em declínio por conta dessa crise econômica e o Partido Popular, de direita, que está em ascensão. O que acontece então na Espanha? Há uma mistura de diferentes arranjos políticos, que se dá em um país que ainda tem cicatrizes da guerra civil dos anos 30, mas que avançou muito na concepção de um Estado laico, havendo movimentos de educadores nos quais claramente a laicidade do Estado é defendida como importante bandeira para o desenvolvimento do país. Só que há também os opositores, principalmente da Igreja Católica, que tem lá uma projeção muito maior do que no Brasil. Há, por exemplo, a questão dos impostos: os cidadãos espanhóis, no formulário do imposto de renda, podem dizer que aceitam a dedução do chamado imposto religioso, que é então diretamente transferido para a Igreja Católica fazer uso livre dele. Resumindo, o que quero dizer é que se na Espanha existe ensino religioso nas escolas públicas, existe também uma outra disciplina sobre civismo e a disputa entre as duas disciplinas corresponde à disputa entre diferentes concepções a respeito da laicidade do Estado.

TEIAS: Esses aspectos são importantes, só que muita gente ainda confunde a laicidade com a defesa do ateísmo. Qual seria para você a diferença entre uma escola laica e uma escola atéia?

LAC: Eu não conheço escola atéia. Nunca vi, não sei se tem alguma. De fato e de direito, apenas um Estado no mundo declarou-se ateu e tentou praticar o ateísmo como política de Estado. Foi a Albânia e lá se deu um total fracasso: não foi possível acabar com o Islamismo, que ressurgiu tão logo houve a *débâcle* do bloco soviético. Mas há países em que a prática religiosa é dificultada e países em que ela é subsidiada, facilitada. Volto a dizer: não conheço escola atéia, não sei se existe alguma no Brasil. Já escolas agnósticas, sim, existem. Posso citar como exemplos todas as instituições que fazem pesquisa científica, pois o agnosticismo é um pressuposto da pesquisa científica.

TEIAS: Você poderia explicar melhor esse ponto de vista?

LAC: Todo pesquisador, todo cientista tem que ter como pressuposto epistemológico o agnosticismo. O pesquisador, pessoalmente, pode ser crente. Conheço cientistas, e cientistas de excelente qualidade, que são religiosos. Uma coisa é a crença do cientista, sua prática religiosa fora do laboratório ou da instituição de ensino. Mas, ele não pode fazer uma pesquisa sobre a reprodução celular, por exemplo, supondo que seu objeto é uma criação divina, que a reprodução celular se faz pela intervenção de uma divindade de qualquer tipo. Acho que essa é uma distinção importante, por isso as instituições de ensino universitárias são, na produção de ciência cultura e tecnologia, agnósticas, mesmo que tratem do fenômeno religioso. O antropólogo, a menos que seja um falsário, tem que tratar o fenômeno religioso como fenômeno material, ou seja, ele tem que ser materialista em sua pesquisa, embora ele mesmo possa ser, na vida pessoal, até mesmo adepto das crenças que está estudando.

TEIAS: Para concluirmos, o que é para você a escola laica?

LAC: A escola laica é aquela que tem um currículo definido pelo Estado laico, portanto um currículo definido numa discussão pública independente de constrangimentos religiosos, estabelecido por pessoas de orientações diferentes, inclusive as religiosas. O importante é que elas não usem o espaço da escola para difundir suas crenças, o que é diferente do que tem acontecido hoje, em que o espaço da escola pública é usado ostensivamente para a difusão de crenças religiosas.

*Recebido **ejub** de 2010
Aprovado **emgsto** de 2011*